

BILINGUISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPACTOS COGNITIVOS E REALIDADE BRASILEIRA

Ana Caroline de Almeida Brito¹
Giordana dos Santos Sperandio²

BRITO, Ana Caroline. **Bilinguismo na educação infantil: impactos cognitivos e realidade brasileira**. 2025. Artigo (Licenciatura Letras-Inglês) - Licencianda no Instituto Federal de Brasília, *campus* Riacho Fundo I, Distrito Federal.

RESUMO

Este estudo analisa os impactos do bilinguismo no desenvolvimento cognitivo de crianças na educação infantil, com foco na realidade brasileira. Por meio de uma revisão da literatura dos últimos cinco anos, a pesquisa aborda a expansão do ensino bilíngue e suas implicações. Os resultados indicam que entre os principais benefícios estão o aprimoramento das funções executivas - memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva - e a ampliação de habilidades comunicativas. Contudo, a análise também revela desafios relevantes: o debate sobre o vocabulário receptivo, a elitização do acesso e a carência de professores qualificados. Conclui-se que, embora o bilinguismo proporcione ganhos cognitivos significativos, sua aplicação no Brasil configura um paradoxo, no qual os benefícios são universais, mas o acesso é restrito a uma minoria. O estudo aponta, por fim, para a necessidade de políticas públicas que visem à democratização da educação bilíngue, especialmente na rede pública de ensino.

Palavras-chave: Bilinguismo; Educação Infantil; Desenvolvimento cognitivo.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of bilingualism on the cognitive development of children in early childhood education, focusing on the Brazilian context. Through a literature review of the last five years, the research addresses the expansion of bilingual education and its implications. The findings indicate that the main benefits include the enhancement of executive functions—working memory, inhibitory control, and cognitive flexibility—and the expansion of communication skills. However, the analysis also reveals relevant challenges: the debate on receptive vocabulary, the elitization of access, and the shortage of qualified teachers. It is concluded that while bilingualism provides significant cognitive gains, its implementation in Brazil presents a paradox in which the benefits are universal, yet access is restricted to a minority. Finally, the study points to the need for public policies aimed at the democratization of bilingual education, especially within the public school system.

Keywords: Bilingualism, Early Childhood Education; Cognitive Development.

Data de aprovação: 30/05/2025.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Licenciatura em Letras-Inglês, do Instituto Federal de Brasília, campus Riacho Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de licenciada em Letras-Inglês.

² Orientadora: Profa. Ma. Giordana dos Santos Sperandio.

INTRODUÇÃO

Minha jornada acadêmica no ensino superior, iniciada em 2020, coincidiu com um período em que o conceito de educação bilíngue ainda era pouco familiar para mim. A imersão nesse universo ocorreu de fato quando comecei a trabalhar em uma escola bilíngue em 2023. Até então, minha experiência no ensino básico havia sido exclusivamente em escolas públicas, onde a abordagem bilíngue não era parte da realidade curricular. Essa experiência profissional despertou em mim uma profunda curiosidade sobre as particularidades desse modelo educacional.

Após dois anos nessa instituição, mudei para uma escola com um projeto bilíngue implementado em sua grade curricular. No entanto, a proposta se diferenciava significativamente: as aulas de idiomas eram oferecidas no contraturno, com uma média de apenas três sessões semanais, e restritas aos alunos do ensino integral. Essa nova experiência me permitiu observar uma notável disparidade no desenvolvimento cognitivo e nas habilidades entre as crianças dessa escola e as da instituição bilíngue anterior.

Diante desse cenário, questionei-me sobre a base teórica que poderia justificar tais diferenças no desenvolvimento de crianças inseridas em contextos educacionais distintos – a escola bilíngue e a escola regular. Essa indagação foi o ponto de partida para a escolha do tema da minha pesquisa, buscando compreender os fundamentos que sustentam os benefícios da educação bilíngue no desenvolvimento infantil.

O bilinguismo tem sido alvo de diferentes concepções ao longo do tempo. Inicialmente, acreditava-se que um indivíduo bilíngue seria a junção de dois monolíngues, o que exigia competência linguística equivalente a de falantes nativos de cada língua. Este conceito foi intitulado por Saer (1922) como Hipótese do Duplo Monolíngue, que dominou a literatura e o imaginário popular até recentemente e reforçou a percepção de que o bilinguismo seria algo prejudicial ao desenvolvimento infantil, podendo acarretar supostos problemas como perda de vocabulário e dificuldades cognitivas.

No entanto, com o avanço das pesquisas e da globalização, o aumento do movimento migratório e o progresso nos meios de comunicação, essa visão foi contestada. Pimentel (2021) afirma que estudos recentes revelam um aumento significativo no número de crianças bilíngues em comparação às monolíngues.

Paralelamente, a oferta de programas de educação bilíngue tem crescido de forma notável.

O bilinguismo influencia tanto a aquisição de língua quanto o desenvolvimento cognitivo na primeira infância. Bebês aprendem idiomas naturalmente através da interação com o ambiente, e essa capacidade é especialmente notável em crianças bilíngues. (Pimentel, 2021 *apud* Ramirez, 2017).

Apesar de todas as vantagens que levam os responsáveis a optarem pelo ensino bilíngue, esse modelo educacional ainda enfrenta desafios, como a elitização do acesso e a escassez de profissionais qualificados para aplicá-lo de maneira eficaz. No entanto, mesmo diante dessas dificuldades, a busca por escolas bilíngues continua crescendo significativamente no Brasil, impulsionada pelos potenciais benefícios acadêmicos e cognitivos.

O ensino bilíngue tem se expandido e ganhado cada vez mais visibilidade no Brasil. Segundo o artigo “Ensino bilíngue dispara no Brasil e escolas firmam compromisso com a diversidade linguística”, da revista Valor (2024), a procura por modelos bilíngues aumentou 64% em 2023, com destaque para as cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

No Brasil, o inglês e espanhol são selecionados como língua estrangeira (L2³) devido a influência e importância desses idiomas no mundo. Enquanto o ensino de línguas adicionais na educação regular visa a noções básicas de comunicação escrita e oral, a proposta da educação bilíngue objetiva o desenvolvimento da comunicação fluente na L2.

Como o sistema de escolas bilíngues ainda é um tema recente no Brasil e a legislação sobre o assunto está em fase de elaboração, as instituições devem, além de ensinar uma segunda língua, aplicar os conteúdos curriculares estabelecidos pela legislação educacional brasileira.

Embora o ensino bilíngue esteja em expansão, ainda não há um projeto pedagógico nacional padronizado para essa modalidade. Como consequência, a regulamentação atual permite ampla diversidade na forma como as instituições implementam o ensino bilíngue.

³ Revuz (2002) conceitua o termo L2 como usado para se referir a uma segunda língua ou língua estrangeira que está sendo estudada.

A Organização das Escolas Bilíngues Brasileiras de São Paulo (OEBI, 2024) argumenta que, para a escola ser caracterizada como bilíngue, a instituição precisa ter, no mínimo, a carga horária de língua estrangeira de 75% na Educação Infantil, 35% no Ensino Fundamental e 25% no Ensino Médio.

De acordo com a Associação Brasileira do Ensino Bilíngue (ABEBI, 2024), o Brasil possui mais de 1,2 mil escolas bilíngues em todo o país, o que representa um crescimento de 10% nos últimos cinco anos. Esse aumento reflete uma tendência global de valorização do bilinguismo e seu potencial impacto no desenvolvimento cognitivo infantil.

Devido à recente popularização do bilinguismo, os estudos nessa área se intensificaram. A partir de uma busca aprofundada no *Google Scholar*, nota-se um crescimento expressivo nas publicações sobre o impacto cognitivo do bilinguismo na educação infantil no Brasil em um período de 20 anos. No período de 2000 a 2014, foram publicados 1.110 estudos sobre o referido tema. Já entre 2015 a 2024, esse número saltou para 3.470 pesquisas. Esse aumento representa um crescimento de aproximadamente 208%, evidenciando um aumento substancial na produção científica sobre o tema.

Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar, por meio de uma revisão de literatura dos últimos dez anos, os impactos do ensino bilíngue no desenvolvimento cognitivo de crianças na educação infantil. Mais especificamente, o foco é: (I) investigar estudos recentes sobre os impactos do ensino bilíngue nas habilidades cognitivas de crianças na educação infantil; (II) analisar como a exposição ao ensino bilíngue influencia habilidades como memória, atenção e resolução de problemas em comparação a crianças monolíngues; e (III) examinar a relação entre o tempo de exposição ao ensino bilíngue e o desenvolvimento cognitivo na primeira infância.

A revisão abrange um período recente de dez anos para captar as mudanças mais atuais nas percepções acadêmicas e pedagógicas sobre o tema. A relevância desta pesquisa se justifica pelo crescimento do ensino bilíngue no Brasil e lacunas na regulamentação.

A seguir, serão apresentadas as seções que compõem este trabalho: a metodologia; um breve histórico sobre bilinguismo e educação bilíngue; a educação bilíngue infantil; os benefícios e desafios do bilinguismo na educação infantil no contexto brasileiro.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, modalidade que, segundo Botelho et al. (2011) e Rother (2007), é adequada para descrever de forma abrangente a evolução de um tema e as abordagens de pesquisa empregadas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, concretizada por meio do levantamento e da descrição de dados (Gil, 2009). O objetivo foi identificar e analisar criticamente os principais estudos dos últimos dez anos sobre os impactos do ensino bilíngue no desenvolvimento cognitivo de crianças na educação infantil.

O levantamento de dados foi realizado entre janeiro e maio de 2025, utilizando a base de dados *Google Scholar*, utilizando-se os seguintes descritores: “educação infantil e bilinguismo”, “educação bilíngue” e “desenvolvimento cognitivo infantil”.

Os critérios de inclusão foram: artigos em língua portuguesa publicados entre 2014 e 2024, com foco em crianças na faixa etária da educação infantil e que abordassem diretamente os impactos cognitivos da educação bilíngue. Foram excluídas dissertações, teses, resumos, documentos legais e estudos sobre bilinguismo em adultos, no ensino superior ou em contextos comunitários indígenas, por não corresponderem ao objetivo da pesquisa.

Após a triagem, realizou-se a leitura e a análise criteriosa dos artigos selecionados, com ênfase na identificação de padrões e informações recorrentes sobre o desenvolvimento cognitivo em crianças expostas ao ensino bilíngue.

Os resultados foram organizados em eixos temáticos, como: tipo de bilinguismo, faixa etária, funções cognitivas analisadas (memória de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva) e contexto educacional. A interpretação dos dados seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva, com o objetivo de sintetizar as evidências e refletir criticamente sobre as implicações educacionais observadas.

BILINGUISMO E EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Há algumas décadas, o bilinguismo era considerado prejudicial ao desenvolvimento da língua e, frequentemente, criticado sob a alegação de causar interferências cognitivas (Baker, 2006 *apud* Pessoa e Maciel, 2020).

Essa visão, no entanto, tornou-se obsoleta. Atualmente, compreende-se que o bilinguismo é um fenômeno multifacetado, cuja definição depende dos critérios estabelecidos pelo analista (Grosjean e Li, 2013).

De maneira similar, Finger (2024) afirma que:

[...] as oportunidades de experiências vivenciadas com suas línguas que moldam a identidade bilíngue de um indivíduo e é justamente o fato de as experiências variarem de forma importante de indivíduo para indivíduo que torna o bilinguismo um campo rico, interessante e complexo de estudo.

O bilinguismo apresenta variadas definições. Uma das mais conhecidas é a de Bloomfield (1933) que o define como a capacidade de falar duas línguas com o mesmo nível de proficiência de um falante nativo.

Atualmente, o dicionário Oxford (2025) define o indivíduo bilíngue como “*a person who can speak two languages equally well*” (uma pessoa que consegue falar duas línguas igualmente bem; tradução nossa). Em uma abordagem mais complexa, Harmers e Blanc (2000) propõem seis dimensões para definir o bilinguismo, como o bilinguismo simultâneo, que ocorre com a aquisição da segunda língua na primeira infância. Nesse sentido, Salgado e Dias (2010) criticam o fato de que muitas teorias sobre o tema não abarcam a dinamicidade do conceito.

A pesquisadora Bialystok (2021) descreve a complexidade do bilinguismo como um “queijo suíço”, onde cada fatia, única em seus “buracos” (ou lacunas linguísticas) representa a experiência individual de um bilíngue. Apesar das diferenças entre as fatias, todas compartilham a mesma essência: a de serem bilíngues. A divergência na definição de bilinguismo geralmente reside no grau de proficiência exigido em cada língua. Enquanto alguns autores consideram necessária uma fluência próxima à de um falante nativo, outros valorizam o uso funcional da língua em contextos específicos.

Para Harmers e Blanc (2000 p.189), a educação bilíngue é definida como “qualquer sistema de educação escolar no qual, em dado momento e período, simultânea ou consecutivamente, a instrução é planejada e ministrada em pelo

menos duas línguas”. Harmers e Blanc (2000), não enquadraram como educação bilíngue programas em que a língua estrangeira seja ensinada como matéria.

Corroborando com os autores acima, Megale (2019) define as escolas bilíngues como instituições de ensino que, além da aquisição de uma língua estrangeira, visam também desenvolver o pensamento crítico do aluno ao expô-lo a uma base cultural diferente, muitas vezes distinta e até conflitante com a da sua língua materna. Megale também questiona qual tipo de indivíduo bilíngue é formado a partir das escolas bilíngues, uma vez que o ensino ainda não está padronizado por organizações oficiais.

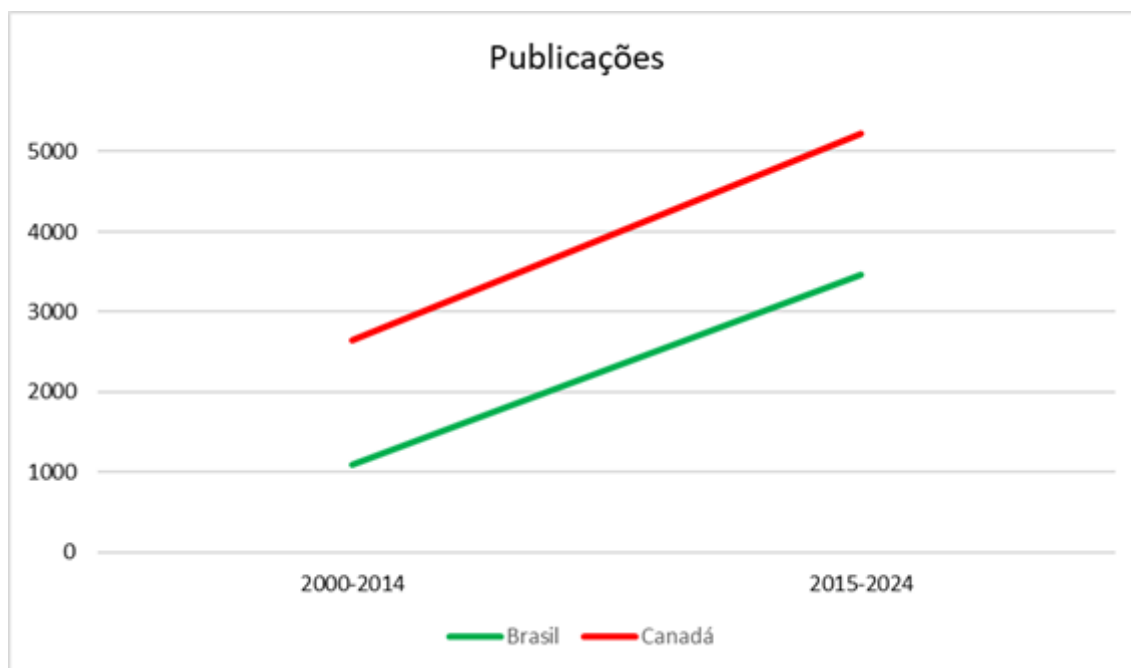
No contexto brasileiro, Baker (2017) aponta a existência de dois grandes grupos de educação bilíngue: (i) o de grupos minoritários (como comunidades indígenas e de imigrantes) e (ii) o de grupos de classes dominantes, denominado educação bilíngue de elite ou de prestígio. Neste último, inserem-se as escolas bilíngues brasileiras⁴ e internacionais⁵.

Para ilustrar o crescente interesse global no tema, pode-se analisar a produção científica de um país onde o bilinguismo é estabelecido, como o Canadá. Uma busca no *Google Scholar* (2025) revela que, naquela nação bilíngue, o número de estudos sobre o assunto saltou de 2.640 publicações (entre 2000 e 2014) para 5.230 (entre 2015 e 2024).

⁴ As escolas bilíngues brasileiras (EBB) diferem das escolas internacionais (EI) por não serem reconhecidas pelos órgãos educacionais oficiais dos países da língua ensinada. No Brasil, não existe uma legislação específica que regule as EBB, e em muitos estados, essas escolas não estão sujeitas a legislação obrigatória ou fiscalização periódica dos órgãos educacionais brasileiros. Isso resulta em uma grande variedade entre as EBB, já que não há um modelo único a ser seguido.

⁵ As escolas internacionais (EI) foram criadas por imigrantes para preservar a língua e cultura de seus países de origem. Reconhecidas pelos órgãos de educação oficiais, elas oferecem certificados válidos no Brasil e no exterior, seguem o calendário escolar do país de origem e priorizam o ensino na língua não oficial do Brasil.

Nos últimos anos, as EI têm recebido mais alunos de famílias brasileiras, alterando o cenário cultural e linguístico dessas instituições. Além do alto custo das mensalidades, as escolas internacionais são seletivas e valorizam alunos com parentesco ou amizade com outros alunos ou ex-alunos.



Elaborado pela autora

A escolha por esse país serve para ilustrar a diferença entre as pesquisas na área do bilinguismo - conforme ilustrado no gráfico. Observa-se um aumento significativo em oportunidades e pesquisas sobre o impacto cognitivo do ensino bilíngue infantil.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA INFÂNCIA: VANTAGENS COGNITIVAS E BARREIRAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Visões mais antigas sobre o bilinguismo, como as de Hakuta e Garcia (1989) e McNamara (1982), interpretavam a exposição simultânea a dois idiomas na infância como um possível fator de confusão. Acreditava-se que a prática poderia atrasar o desenvolvimento lexical e morfosintático da criança, gerando dificuldades no início da vida escolar. Contudo, evidências mais recentes não apenas contestaram essas conclusões, como apontaram para o caminho oposto, destacando os múltiplos benefícios da experiência bilíngue.

Estudos atuais sobre o bilinguismo na educação infantil ressaltam os efeitos positivos que a exposição precoce e sistemática a uma segunda língua exerce sobre o desenvolvimento das funções executivas. Trata-se de um conjunto de processos mentais de alta ordem, necessários para ações que demandam foco e planejamento em vez de reações automáticas (Diamond, 2006, *apud* Pimentel, 2021). As funções

executivas se dividem em três pilares principais: controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva.

Em comparação com crianças monolíngues, as bilíngues frequentemente demonstram maior destaque na habilidade de inibição. A necessidade constante de selecionar um idioma em detrimento de outro para se comunicar fortalece o controle inibitório, uma capacidade que se estende para além da comunicação, contribuindo para a formação de indivíduos mais disciplinados e capazes de regular suas emoções e comportamentos (Pimentel, 2021).

A memória de trabalho, segunda função executiva, refere-se à habilidade de reter e manipular informações recém-adquiridas para aplicá-las em novos contextos. Conforme Dias e Muner (2019), essa função é crucial para o raciocínio, pois permite que a criança relacione novas informações com conhecimentos prévios para compreender em quais situações deve utilizá-las.

Por fim, a flexibilidade cognitiva, que Pimentel (2021) associa à expressão “pensar fora da caixa”, é a capacidade de adaptar o pensamento e o comportamento a novas demandas e perspectivas. Essa habilidade, estimulada pela alternância entre sistemas linguísticos, desenvolve a criatividade e a aptidão para lidar com situações inesperadas.

Uma pesquisa da *University College London* (Mechelli et al., 2004) reforça essas observações. Ao analisar exames de tomografia de 105 participantes, os pesquisadores identificaram uma maior densidade de massa cinzenta no córtex pré-frontal - região cerebral associada às funções executivas - em indivíduos bilíngues, especialmente naqueles que iniciaram o aprendizado da segunda língua antes dos cinco anos.

Apesar dos benefícios evidentes, a jornada bilíngue não é isenta de desafios e debates. Uma pesquisa que utilizou o *Peabody Picture Vocabulary Test* (PPVT) com 1.738 crianças apontou que os participantes monolíngues tiveram um desempenho superior no reconhecimento de vocabulário em uma única língua (Dunn; Dunn, 1965). Esse resultado sugere que crianças bilíngues podem ter um léxico menor em cada um dos idiomas quando comparadas a monolíngues, embora seu vocabulário conceitual total (somando as duas línguas) seja frequentemente maior. Como a própria autora do TCC pondera, uma crítica a esse tipo de teste é que a criança pode não externalizar todo o seu conhecimento em um único momento avaliativo.

No Brasil, o maior desafio transcende o debate cognitivo e adentra a esfera socioeconômica. O modelo predominante é a chamada “Educação Bilíngue de Elite”, um fenômeno que, conforme Bolzan (2014), restringe o acesso a essa modalidade de ensino a famílias de maior poder aquisitivo. Nessas instituições, o aluno não apenas adquire um novo idioma por meio de imersão e conteúdo, mas também desenvolve conhecimento sobre a cultura do país de origem da língua estrangeira, em contraste com sua língua materna (Pinto; Silva, 2024).

Essas escolas são vistas por muitas famílias como a solução ideal para duas demandas: educação de qualidade e aprendizado de uma segunda língua (Marcelino, 2009). No entanto, para que uma instituição seja legitimamente considerada bilíngue, ela deve seguir diretrizes curriculares e metodológicas específicas, conforme definem Cardoso, Coutinho e Oliveira (2018, p. 58), para quem a língua-alvo deve ser uma ferramenta para o ensino de outras disciplinas, e não apenas uma matéria isolada. Souza e Brito (2024) detalham os requisitos mínimos para a organização curricular e as abordagens metodológicas.

Quadro 1: A organização da proposta curricular.

A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
A organização curricular das Escolas Bilíngues e das Escolas com carga horária estendida em língua adicional deverá incluir:
- Disciplinas da Base Comum, exclusivamente ministradas na segunda língua de instrução, sendo responsabilidade da escola cumprir o disposto da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) para o componente curricular de língua portuguesa em todas as etapas da Educação Básica.
- Disciplinas da Base Diversificada do Currículo a serem ministradas na segunda língua de instrução, podendo essas disciplinas ser desdobramentos da BNCC ou projetos transdisciplinares que busquem o desenvolvimento das competências e habilidades linguísticas da língua adicional e competências acadêmicas.

Fonte: Souza e Ribeiro (2024)

Quadro 2: Escolas metodológicas e abordagens

ESCOLHAS METODOLÓGICAS E ABORDAGENS
De acordo com a Diretriz, as escolhas metodológicas devem ser compatíveis com os pressupostos teóricos que fundamentam essa modalidade de educação, de modo que as abordagens permitam o ensino-aprendizagem de conteúdos por meio de uma segunda língua de instrução: CLIL (Content Language Integrated Learning) e CBI (Content Based Instruction), entre outras.
Os conteúdos devem respeitar o disposto na legislação e normas brasileiras, garantindo-se o direito de escolha metodológica pelas instituições, tendo em vista o desenvolvimento de competências e habilidades previstas na BNCC.
As escolas com carga horária estendida podem optar por abordagens que buscam o aprendizado intenso da língua adicional, desenvolvendo fluência e proficiência sem conexões com os conteúdos acadêmicos.

Fonte: Souza e Ribeiro (2024)

Observa-se, contudo, que muitos desses critérios não são cumpridos na prática, e diversas escolas se apropriam do termo "bilíngue" para fins de marketing.

Isso levanta questões sobre a fiscalização e a garantia de qualidade do ensino oferecido.

Outro desafio significativo é a formação de professores. O modelo bilíngue exige um alto nível de proficiência na segunda língua e, crucialmente, a competência para lecionar disciplinas curriculares nesse idioma, o que demanda uma especialização pedagógica e linguística que ainda é rara. Souza e Ribeiro (2024) demonstram os requisitos para a formação docente.

Quadro 3: Formação de professores

FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	
Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais	Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio
Graduação em Pedagogia ou Letras	Graduação em Letras ou, no caso de outras disciplinas do currículo, licenciatura correspondente à área curricular de atuação na educação básica.
Comprovação de proficiência de nível mínimo B2 no Common European Framework for Languages (CEFR)	Comprovação de proficiência de nível mínimo B2 no Common European Framework for Languages (CEFR).
Formação complementar em Educação Bilingue – Curso de extensão com, no mínimo, 120 horas; pós-graduação lato sensu; mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC	Formação complementar em Educação Bilingue – Curso de extensão com, no mínimo, 120 horas; pós-graduação lato sensu; mestrado ou doutorado reconhecidos pelo MEC.

Fonte: Souza e Ribeiro (2024)

O sucesso da educação bilíngue depende diretamente da qualificação desses profissionais. A necessidade de estudo contínuo e a constatação de que, muitas vezes, os custos dessa formação não são subsidiados pelas instituições empregadoras representam grandes obstáculos.

Essa conjuntura de elitização e desafios de implementação aprofunda as desigualdades educacionais. Dados do Censo Escolar de 2021 (INEP, *apud* Souza; Ribeiro, 2024) revelam que menos de 1% das escolas públicas brasileiras oferecem educação bilíngue com línguas de prestígio. A não priorização do aumento da carga horária de língua estrangeira no sistema público desde a educação infantil torna o acesso aos benefícios do bilinguismo um privilégio de poucos (Bolzan, 2014, *apud* Pricinot *et al.*).

Como consequência, o bilinguismo, que poderia ser uma ferramenta de inclusão, acaba por reforçar as barreiras sociais. Uma iniciativa para mitigar essa disparidade seria a remodelação do ensino de línguas nas escolas públicas, introduzindo um segundo idioma de forma lúdica e contextualizada desde a educação infantil. Ações como essa, aliadas à formação continuada de professores

e ao investimento em materiais didáticos adequados, seriam passos essenciais para democratizar o acesso às vantagens de uma formação bilíngue.

CONCLUSÃO

A presente revisão da literatura permite concluir que a educação bilíngue proporciona benefícios relevantes ao desenvolvimento infantil, com destaque para o aprimoramento das funções executivas: controle inibitório, memória de trabalho e flexibilidade cognitiva. Tais ganhos, aliados ao fortalecimento de habilidades comunicativas e sociais, reforçam o valor da exposição precoce e sistemática a um segundo idioma para a formação integral da criança.

No entanto, a análise do contexto brasileiro revela um paradoxo: enquanto os benefícios do bilinguismo são universais, o acesso a ele é restrito. A educação bilíngue de qualidade permanece, em grande parte, um privilégio de classes sociais favorecidas, concentrada em instituições privadas. Como resultado, a maioria das crianças brasileiras, especialmente as da rede pública, fica à margem dessa oportunidade, recebendo um ensino de língua estrangeira muitas vezes limitado e insuficiente para garantir uma proficiência efetiva.

Diante do exposto, esta pesquisa aponta para a necessidade de investigações futuras em duas frentes principais: (i) Políticas Públicas e Acesso: Analisar a viabilidade, os custos e os desafios pedagógicos da implementação de programas de educação bilíngue em escolas públicas, visando à democratização do acesso. (ii) Formação Docente: Investigar em que medida os currículos dos cursos de Licenciatura preparam os futuros professores para os desafios da sala de aula bilíngue, avaliando se a formação inicial é suficiente ou se a especialização se consolida como um requisito indispensável para uma atuação eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; BOTELHO, Louise Lira Roedel; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BAKER, Colin. **Foundations of bilingual education and bilingualism**. Multilingual matters, 2011.

BIALYSTOK, Ellen. Bilingualism as a slice of Swiss cheese. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 769323, 2021.

BILINGUAL. In: **Oxford University Press**.2025. Disponível em: https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/bilingual_1?q=bilingual. Acesso em: 20/03/2025.

BLOOMFIELD, Leonard. **Language, by Leonard Bloomfield..** H. Holt, 1933.

BOLZAN, Daniele Blos. Os desafios da Educação Bilingue de Escolha em contexto brasileiro: da construção do currículo à formação de professores. **Web Revista Linguagem, Educação e Memória**, n. 7, 2014.

COUTINHO, Juliana; CARDOSO, Janaina; OLIVEIRA, Vania Santana Carvalho. Reflexão sobre diferentes concepções de educação bilíngue. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 22, n. 1, 2018.

DIAS, Isabelle Almeida; MUNER, Luana Comito. Os benefícios do bilinguismo para o desenvolvimento cognitivo infantil em crianças de dois a seis anos. **AMazônica**, v. 23, n. 1, p. 230-246, 2019.

DUNN, Lloyd M.; DUNN, Leota M. Peabody picture vocabulary test--. 1965.

ENSINO BILÍNGUE DISPARA NO BRASIL E ESCOLAS FIRMAM COMPROMISSO COM A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA. Valor, 2024. Disponível em: <<https://valor.globo.com/patrocinado/pressworks/noticia/2024/07/31/ensino-bilingue-dispara-no-brasil-e-escolas-firmam-compromisso-com-a-diversidade-linguistica.ghtml>> Acesso em: 27/12/2024.

FINGER, Ingrid. Bilinguismo, biliteracia e alfabetização bilíngue. **Signo**, v. 49, n. 95, p. 26-40, 2024.

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GROSJEAN, François; LI, Ping. **The psycholinguistics of bilingualism.** John Wiley & Sons, 2013.

HAKUTA, Kenji; GARCIA, Eugene E. Bilingualism and education. **American Psychologist**, v. 44, n. 2, p. 374, 1989.

HARMERS, J BLANC, M. **Bilinguality and Bilingualism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MARCELINO, Marcello. Bilinguismo no Brasil: significado e expectativas. **Intercâmbio**, v. 19, 2009.

MEGALE, Antonieta. Bilinguismo e educação bilíngue. **Educação Bilíngue no Brasil. São Paulo: Fundação Santillana**, p. 13-28, 2019.

MCNAMARA, J; 1966. **Bilingualism and primary education**. Edinburgh University Press apud GROSJEAN, François. **Life with two Languages**: an introduction to bilingualism. Cambridge And London: Harvard University Press, 1982. 370 p.

PESSOA, Ana Paula Simoes; MACIEL, Ruberval Franco. Educação bilíngue: discutindo conceitos. **Revista Coralina** (ISSN 2675-1399), v. 2, n. 1, p. 1-17, 2020.

PIMENTEL, Isabela Nascimento. O ensino bilíngue na infância e o desenvolvimento cognitivo. 2021.

PINTO, Hevily Aparecida; SILVA, Luã Armando. Quem ganha, quem perde? os benefícios cognitivos e socioculturais da educação bilíngue de elite. **Podemos os Periféricos Brasileiros Aprender nos Linguajares Sul-Norte**, p. 16, 2024.

Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (CEFR) | British Council.

Disponível em:

<<https://www.britishcouncil.org.br/quadro-comum-europeu-de-referencia-para-linguas-cefr>>. Acesso em: 12/06/2025.

RIBEIRO, Luiz Antônio; SOUZA, Elisângela Marques; A QUEM SERVE O PROGRAMA BILÍNGUE PORTUGUÊS/INGLÊS NO BRASIL?. **Revista CBTecLE**, v. 8, n. 2, p. 045-063, 2024.

SAER, D. J. **The effects of bilingualism on intelligence**. British Journal of Psychology, v. 14, p. 25-38, 1923.

SALGADO, Ana Claudia Peters; DIAS, Fernanda Henrique. Desenvolver a bilinguagem: foco da educação bilíngue e do ensino de línguas. **Signo Santa Cruz do Sul**, v. 35, p. 145-153, 2010.